



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 278/11

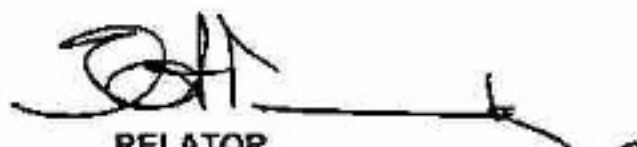
Denomina Doutor Said Felício Ferreira
o Hospital Universitário Regional de
Maringá.



Art. 1º Fica denominado Doutor Said Felício Ferreira o
Hospital Universitário Regional de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 798/11

Determina a obrigatoriedade de instalação de anteparo de vidro ou material similar, acima dos balcões de *buffets* em restaurantes.

Art. 1º Os restaurantes e demais estabelecimentos comerciais que preparam e/ou servem refeições na forma de *buffet*, onde o cliente serve seu próprio prato, ficam obrigados a instalar anteparos de vidro ou proteção similar que garanta segurança e higiene aos clientes, acima dos balcões onde os alimentos ficam dispostos.

Parágrafo único. O anteparo a que se refere este artigo não poderá estar em altura superior a cinquenta centímetros e deverá ter largura suficiente a cobrir todos os pratos e alimentos dispostos no balcão.

Art. 2º Os estabelecimentos previstos no art. 1º terão o prazo de noventa dias para se adequarem às normas aqui previstas.

Art. 3º O descumprimento desta Lei acarretará a aplicação de multa equivalente cinco salários mínimos regionais, podendo esta ser aplicada em dobro em caso de reincidência levando à suspensão das atividades do estabelecimento e até mesmo à cassação da licença para funcionamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

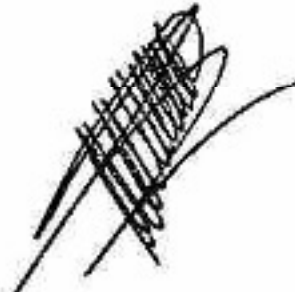
Sala das Sessões, 16 de outubro de 2012.



ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 157/12

Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses.

Art. 1º Toda cobrança de dívida, oriunda de relação de consumo nos termos do art. 2º da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), deverá seguir os critérios da presente Lei, no que tange à transparência dos valores cobrados bem como visando a não exposição do consumidor ao constrangimento e/ou ameaça.

Art. 2º Os valores apresentados ao consumidor quando da cobrança da dívida, deverão ter clareza a o que efetivamente correspondem, destacando-se o valor originário bem como o de cada item adicional ao valor originário, sejam juros, multas, taxas, custas, honorários e outros que, somados, correspondem ao valor total cobrado do consumidor, nomeando-se cada item.

Parágrafo único. A apresentação ao consumidor da cobrança impressa, por meio eletrônico ou falada, deve atender aos requisitos do caput.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2012.

ALEXANDRE CURTI
Deputado Estadual

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 204/12

Institui o Dia dos Trabalhadores do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 21 de setembro.

Art. 1º Fica instituído o Dia dos Trabalhadores do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 21 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto de Lei nº 314/12

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Pastor Advanir Alves Ferreira.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Pastor Advanir Alves Ferreira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 421/12

Inclui os dispositivos que especifica na Lei nº 17.142/12, que estabeleceu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

Art. 1º Fica incluído o inciso XI no art. 2º da Lei Estadual nº 17.142, de 9 de maio de 2012, com a redação abaixo, ficando o atual inciso XI renumerado para inciso XII:

"Art. 2º...

(...)

XI - considerar as especificidades do regime próprio nos registros e demonstrações contábeis das sociedades cooperativas, disciplinadas pela legislação de regência dessas sociedades, quanto ao ato cooperativo e não cooperativo;

XII - firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas."

Art. 2º Fica incluído o art. 3º-A na Lei Estadual nº 17.142/12, com a seguinte redação:

"Art. 3º-A O Sistema Estadual de Ensino incentivará o cooperativismo por meio:

I - da discussão de temas e exemplos de cooperativismo nos assuntos da grade curricular nas escolas da rede estadual de ensino;

II - do exercício de práticas cooperativistas para fins pedagógicos;

III - da criação e desenvolvimento de cooperativas-escola constituídas de alunos de instituições estaduais de ensino agrícolas;

IV - da criação e desenvolvimento de cooperativas escolares constituídas de alunos do ensino fundamental de instituições estaduais de ensino, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

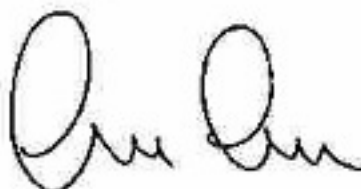
V - da realização nas escolas de eventos em comum com as sociedades cooperativas para promover o ensino-aprendizagem dos princípios e práticas cooperativistas."

Art. 3º Fica incluído o art. 6º-A na Lei Estadual nº 17.142/12, com a seguinte redação:

"Art. 6º-A O Poder Público estadual poderá realizar convênios ou contratos com cooperativas de crédito, na forma da lei, para o recolhimento de tributos, pagamentos de vencimentos, soldos e outros proventos aos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e pensionistas da Administração direta e indireta, para a concessão de empréstimos para servidores públicos com débito em conta e para outros serviços atinentes às instituições financeiras de interesse do Estado."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2012.



ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 453/12

Concede o Título de Cidadão
Honorário do Estado do Paraná ao
Senhor Felix Fischer

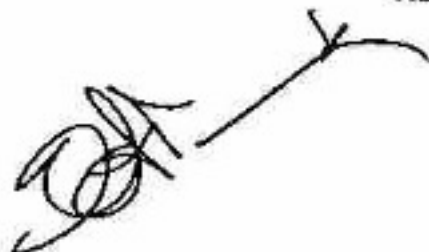
Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Felix Fischer, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 463/12

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo – AMENA, mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo – AMENA, mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa, do imóvel constituído pelo lote de terreno sob nº 73, da Planta Francisco de Lara, de forma irregular, com área total de 787,00 m², contendo edificações em alvenaria que somam 304,96 m², conforme descrito na Matrícula nº 6.943 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pela Associação Mantenedora do Ensino Alternativo – AMENA, mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de quatro anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2012.

ALEXANDRE CURTI
Deputado Estadual

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 017/12

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de agosto de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.



Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, prevista na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR



DEL. CHEIDA
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de
Lei N.º 843/2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 OUT. 2011

Ruy
1º Secretário

Súmula: Dispõe
sobre o volume
máximo de som
permitido em
salas de cinema,
no âmbito do
Estado do Paraná.

Art. 1º O volume máximo de som permitido nas projeções em salas de cinema, no âmbito do Estado do Paraná, deve ser de até 92 (noventa e dois) decibéis (Db) para projeções de, no máximo 3 (três) horas contínuas.

Art. 2º Ao iniciar a projeção, os responsáveis pelas salas de cinema, deverão informar ao público, através de mensagem de som e imagem, o limite de volume do áudio permitido.

Ch



Art. 3º A fiscalização do cumprimento desta Lei dar-se-á, nos termos do inciso VII do art. 33 do Anexo ao Decreto Estadual 777/07, que regulamentou as competências da Secretaria de Estado da Saúde e do Departamento de Vigilância Ambiental - DEVA.

Art.4º. O valor da multa a ser aplicada pelo DEVA, por descumprimento desta Lei, será de 100 (cem) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná, em dobro, caso ocorra a reincidência e assim sucessivamente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em.....outubro de 2011


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A saúde é o bem mais precioso que tem o ser humano e não se admite que *outrem* a coloque em risco.

Devido a isso, apresento aos Nobres Pares desta Casa e a toda a sociedade paranaense, o presente Projeto de Lei, que busca normatizar o volume máximo de som nas salas de cinema, em âmbito estadual, tendo por finalidade obrigar os proprietários de salas de cinema a cuidarem da audição dos cidadãos que aqueles locais freqüentam e assim evitar sua perda.

Cumpre dizer que a deficiência auditiva, causada pela agressão sonora é irreversível e cumulativa.



Entretanto, os estudos sobre os cuidados com a audição remontam ao início dos anos 20 e os profissionais da área, constantemente se debruçam sobre esses estudos.

Quando iniciei os estudos para a apresentação deste Projeto de Lei, de imediato consultei médicos, profissionais que lidam com a matéria cotidianamente.

De pronto recebi o apoio e endosso para apresentar a medida, da **Sociedade Paranaense de Otorrinolaringologista - ASPO**, na pessoa do seu Presidente, Dr. Denilson Antonio Cavazzani Szkudlarek, do seu Diretor Tesoureiro, Dr. Eduardo Baptistella e também da Dra. Trissia Vassoler. (assinaturas em anexo)

O apoio dos médicos e da própria ASPO reforçam a necessidade de normatizar o volume máximo de som em salas de cinema como prevenção e cuidados com a saúde do cidadão, neste caso como consumidor.

O cinema, na forma de arte e cultura, vem se tornando mais real aos brasileiros, que passaram a fazer dele, lazer acessível a todos da família, ainda mais com filmes com



efeitos especiais, em três dimensões e tantas outras novidades da tecnologia.

Em que pese o mundo da tecnologia estar bastante acessível a muitos de nós, é preciso lembrar que muitos equipamentos que se utiliza para trabalho e lazer não são devidamente aferidos e se desconhece seus efeitos, como é o caso do som excessivo em salas de cinema e também os fones de ouvido, tão utilizados nestes tempos.

Desta forma, a presente medida tem por objetivo impor a regra aos proprietários de cinema que reproduzem filmes, de modo a fazê-lo em conformidade com os cuidados próprios para os seres humanos.

Como já dito, não se pode admitir que *outrem* coloque em risco a saúde das pessoas. Note-se que, o cidadão, muitas vezes, não desperta para o fato de que, ao adquirir bilhetes para a entrada do cinema para assistir um filme, estará consumindo um produto e como tal precisa ter a garantia de que não esta sendo prejudicado.

Pois bem, ao permanecer assistindo um filme ou outra projeção qualquer, pelo período de 1, 2 ou mais horas, o

a



cidadão está em exposição a níveis de ruídos altíssimos e com isto a sua saúde posta em risco.

Estudos demonstram que a audição humana tolera, no máximo 92 Decibéis em até 03 horas de projeção, sendo que além disto já há o comprometimento da audição.

Importante dizer que a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, de nº 15, já delimitou qual o limite suportado pelos ouvidos humanos e em qual tempo. (em anexo)

Vejamos a citada Norma Regulamentadora:

LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE

NÍVEL DE RUÍDO DB (A)	MÁXIMA EXPOSIÇÃO DIÁRIA PERMISSÍVEL
85	8 horas
86	7 horas
87	6 horas

Ca



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Fls. 8

88	5 horas
89	4 horas e 30 minutos
90	4 horas
91	3 horas e 30 minutos
92	3 horas
93	2 horas e 40 minutos
94	2 horas e 15 minutos
95	2 horas
96	1 hora e 45 minutos
98	1 hora e 15 minutos
100	1 hora
102	45 minutos
104	35 minutos
105	30 minutos
106	25 minutos
108	20 minutos
110	15 minutos
112	10 minutos
114	8 minutos

Ca



09

Importante dizer que, a **Associação Brasileira de Cinematografia- ABC**, emitiu **Recomendação Técnica**, na qual faz recomendações de toda ordem, inclusive sobre a **acústica da sala de cinema**. (em anexo)

Acerca da **constitucionalidade do Projeto de Lei**, tenho a considerar:

Com efeito, a própria **Constituição Estadual**, nos permite que legisle sobre o tema, visto que o inciso XVI do art. 53, assevera que **cabe à Assembléia Legislativa legislar sobre matéria decorrente da competência comum**, prevista no art. 23 da Constituição Federal. Vejamos a redação do dispositivo constitucional:

Art.23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a



VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição de qualquer uma das formas.

O Pois bem, o **Projeto de Lei**, é constitucional e legal, visto que não adentra competência de nenhum Poder Público e está contido na moldura jurídica do parlamentar.

Em relação à fiscalização, cabe dizer que nenhuma atribuição está sendo criada para a Secretaria de Estado da Saúde ou do Meio Ambiente, ao contrário, o projeto de lei ora apresentado, buscou no âmbito da legislação estadual que já está em vigor, o cumprimento da norma.

O A Lei Estadual 8.485/87, que tratou, da **Organização do Estado do Paraná**, estabeleceu as seguintes competências para a Secretaria de Estado da Saúde. Vejamos O ART. 33 da referida Lei:



Art. 33. O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Saúde compreende: **a promoção das medidas de proteção da saúde da população, mediante o controle e combate a doenças de massa; a fiscalização e controle das condições sanitárias, de higiene e de saneamento, qualidade de medicamentos e de alimentos e da prática profissional médica e paramédica; a aplicação do Código Sanitário do Estado; a restauração da saúde da população de baixo nível de renda; apesquisa, estudo e avaliação da demanda de atenção médica e hospitalar, face às disponibilidades previdenciárias e assistenciais públicas e particulares; a prestação supletiva de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e de emergência; a ação sanitária exaustiva e compreensiva em locais públicos; a promoção de campanhas educacionais e de orientação à comunidade, visando à preservação das condições de saúde da população; o estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e financiamento dos serviços e instalações médicas e**

A handwritten signature, possibly 'A', located at the bottom right of the page.



hospitalares; a produção e distribuição de medicamentos; a perfeita integração com entidades públicas e privadas, visando articular a atuação e a aplicação de recursos destinados à saúde pública no Estado; outras atividades correlatas.

Já o Anexo ao **Decreto Estadual 777/07**, regulamentou a fiscalização das condições ambientais para a proteção da população, através do **DEVA** - Departamento De Vigilância Ambiental Em Saúde.

Vejamos:

Art. 33. Ao Departamento de Vigilância Ambiental em Saúde - DEVA compete:

VII - a avaliação de riscos e agravos potenciais à saúde da população no meio ambiente, visando subsidiar as ações de vigilância ambiental em saúde;

Am



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Não há que se dizer que sobre a medida paira qualquer inconstitucionalidade, pois a obrigações a que se referem os art. 3º e 4º, já estão contemplados em lei estadual e decreto, que foram editados e por iniciativa do Poder Executivo.

Por todo o exposto, peço o apoio aos Nobres Deputados desta Assembléa Legislativa na aprovação do Projeto de Lei em tela, por entender que a medida esta nos moldes da Constituição da República do Brasil, da Constituição do Paraná e atende a um anseio da sociedade do Estado.


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL

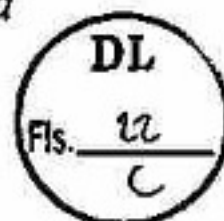


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 843/2011



Projeto de Lei nº 843/2011.

Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida

Súmula: Dispõe sobre o Volume Máximo de Som permitido em salas de Cinema, no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E COMBATE A POLUIÇÃO DE QUALQUER UMA DAS FORMAS. DISPOSIÇÃO SOBRE O VOLUME MÁXIMO DE SOM PERMITIDO EM SALAS DE CINEMA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. COMPETÊNCIA DOS ESTADOS PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO A SAÚDE E AOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE, ARTS. 24, VIII E XII, DA CF. COMPETÊNCIA DOS ESTADOS PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E COMBATE AS FORMAS DE POLUIÇÃO, ARTS. 23, VI, DA CF. INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE EXERCER A COMPETÊNCIA PLENA, ART. 24, §3º, DA CF. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.


PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Chelida, tem por finalidade dispor sobre o Volume Máximo de Som permitido em salas de Cinema, no âmbito do Estado do Paraná, tendo como objetivo proteger a saúde, ao meio ambiente e a audição das pessoas que frequentam cinemas.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

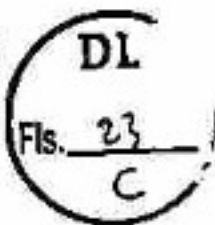
Concedido vista.

Em 10 / 06 / 12

Tratado: 
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 65, a Assembleia pode iniciar o processo legislativo para propositura de projetos de lei, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, o REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, dispõe em seu artigo 121 e 124, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléa, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

No que diz respeito ao Volume Máximo de Som permitido em salas de Cinema, no âmbito do Estado do Paraná, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL estabelece competência legislativa concorrente a respeito da proteção a saúde e responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
(grifo nosso).

Corroborando com tal entendimento, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL estabelece competência legislativa comum a respeito a proteção ao meio ambiente e combate a todas as formas de poluição, senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; (grifo nosso).

Diante da inexistência de legislação federal disciplinando o assunto tratado no presente projeto de lei, o Estado possui a competência para exercer a competência legislativa plena a respeito do assunto, conforme



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 25
C

estabelece os parágrafos do artigo 24, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sendo assim, resta claro que o presente projeto trata de matéria a ser disciplinada pelo Estado do Paraná, de forma plena diante da inexistência de legislação federal. Logo, o presente projeto encontra-se revestido de constitucionalidade, merecendo prosperar nesta casa de leis.

Desse modo, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei encontra-se revestido de constitucionalidade e legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 26
C

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, _____ de abril de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE
Nelson Justus

1. ~~Mr.~~
Canto Aguilera
Vice-president

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

Rua Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Khury



COMISSÃO DE SAÚDE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 843/11

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, dispõe sobre o volume máximo de som permitido em salas de cinema.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

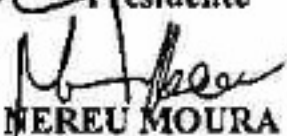
Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo impor regras aos proprietários de cinema que reproduzem filmes, de modo a fazê-lo em conformidade com os cuidados próprios para os seres humanos. Ao permanecer assistindo um filme ou outra projeção qualquer, pelo período de 1, 2 ou mais horas, o cidadão está em exposição a níveis de ruídos altíssimos e com isto a sua saúde posta em risco.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões,

21/05/12


DR. BATISTA
Presidente


NEREU MOURA
Relator





COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 843/2011

O presente projeto de lei, de autoria do Luiz Eduardo Cheida, visa dispor sobre o volume máximo de som permitido em salas de cinema no Estado do Paraná, tendo como objetivo proteger a saúde, meio ambiente e a saúde das pessoas que frequentam cinemas.

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse público, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 04 de junho de 2012.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI 843/11

Projeto de Lei nº. 843/11

Autor: Dep. Luiz Eduardo Chelida

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O VOLUME MÁXIMO DE SOM PERMITIDO EM SALAS DE CINEMA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

FUNDAMENTAÇÃO


O presente PL, recebeu parecer favorável das seguintes comissões: Constituição e Justiça, Saúde Pública e Ecologia e Meio Ambiente. Estudos demonstram que a audição humana tolera, no máximo 92 Decibéis em até 03 horas de projeção, sendo que além disto já há o comprometimento da audição. Importante dizer que a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, de nº 15, já delimitou qual o limite suportado pelos ouvidos humanos

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 02 de Julho de 2012.


Deputado **ANDRÉ BUENO**
Presidente


Deputado **TONINHO VANDSCHEER**
Relator

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2012



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 AGO. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

380/12

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Conselheiros Tutelares do Oeste Paranaense - ACTOP, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a "Associação de Conselheiros Tutelares do Oeste Paranaense - ACTOP", com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

06/08/2012

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

É com muita honra e satisfação que comparecemos perante esta assembleia parlamentar, para apresentar aos representantes do povo do Paraná, a presente Proposta de Projeto de Lei que objetiva colher deste Poder Legislativo, a devida aprovação para a Declaração de Utilidade Pública da "Associação de Conselheiros Tutelares do Oeste Paranaense - ACTOP", que possui sua sede no Município de Cascavel.

A ACTOP é uma entidade que cumpre uma missão muito nobre em auxílio à atividade dos Conselheiros Tutelares. Ela presta assessoramento de natureza técnica, administrativa, jurídica e institucional para que seus associados possam bem desempenhar o seu papel de Conselheiros Tutelares, além de fazer cumprir todos os preceitos contidos no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim sendo, conclamamos todos os nobres pares Deputados do Paraná a procederem ao devido apoio à Proposição que ora apresentamos, pois a entidade preenche todos os requisitos necessários para a obtenção da Declaração de Utilidade Pública no âmbito de nosso Estado, sendo, portanto, a matéria de Interesse, justa e meritória.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 380/2012

Projeto de Lei nº. 380/2012
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Conselheiros Tutelares do Oeste Paranaense - ACTOP, com sede e foro no Município de Cascavel.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.898/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação de Conselheiros Tutelares do Oeste Paranaense - ACTOP*, com sede e foro no Município de Cascavel.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

47

SEP

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO BENARI
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO